

ENTRE PANELAS E PLATAFORMAS: o cotidiano de mulheres universitárias na pandemia de covid-19

BETWEEN POTS AND PLATFORMS: the daily life of university women during the covid-19 pandemic

Carla Chagas Ramalho¹

Unimontes: <https://orcid.org/0000-0002-6263-2498>

Vera Lúcia Borges Brito²

Unimontes: <https://orcid.org/0009-0006-2147-8363>

DOI: [10.21680/1982-1662.2026v9n44ID40418](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2026v9n44ID40418)

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos do Tratamento Excepcional implementado durante a pandemia de covid-19 na rotina de graduandas do curso de Licenciatura em Educação Física de uma universidade pública do Norte de Minas Gerais, à luz do materialismo histórico-dialético. Adotando metodologia bibliográfica e empírica, aplicou-se um questionário online com 15 alunas dos períodos finais do curso, representando 65,2% da população-alvo. A análise revelou que a sobrecarga das funções reprodutivas e domésticas, somada à exigência acadêmica do ensino remoto, afetou diretamente as acadêmicas pesquisadas. A pesquisa demonstrou que as tarefas de cuidado e manutenção da vida foram assumidas majoritariamente pelas próprias acadêmicas ou por outras mulheres de suas famílias, sem menção à participação masculina, o que reforça a persistência do sistema sexo/gênero e da divisão sexual do trabalho. A naturalização dessas obrigações, tratadas como destino, dificultou a problematização das desigualdades vividas, limitando o reconhecimento das opressões

¹ E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com

² E-mail: veralborges788@gmail.com

como estruturais. A sobreposição de papéis em um mesmo espaço-tempo – o lar – expôs as contradições do modo de produção capitalista, que se apoia na invisibilização do trabalho reprodutivo das mulheres. Conclui-se que, mesmo diante da exaustão e dos entraves pedagógicos do ensino remoto emergencial, as acadêmicas buscaram estratégias para conciliar as demandas impostas. O estudo aponta a urgência de manter vivo o debate sobre o sistema sexo/gênero e a consciência de classe na universidade, reconhecendo o trabalho das mulheres como central para a crítica social e a transformação da realidade.

Palavras-chave: Mulheres. Sistema sexo/gênero. Trabalho reprodutivo. Pandemia.

Abstract

This study aimed to analyze the impacts of the Exceptional Treatment implemented during the COVID-19 pandemic on the daily routines of undergraduate students in the Physical Education program at a public university in Northern Minas Gerais, based on historical-dialectical materialism. Using both bibliographic and empirical methodology, an online questionnaire was applied to 15 students in the final semesters of the course, representing 65.2% of the target population. The analysis revealed that the overload of reproductive and domestic functions, combined with the academic demands of remote learning, directly affected the participants. The study showed that tasks related to care and the maintenance of life were mostly undertaken by the students themselves or by other women in their families, with no mention of male involvement, thus reinforcing the persistence of the sex/gender system and the sexual division of labor. The naturalization of these obligations, treated as destiny, hindered the critical understanding of lived inequalities, limiting the recognition of these oppressions as structural. The overlap of roles within the same space-time – the household – exposed contradictions in the capitalist mode of production, which relies on the invisibility of women's reproductive labor. It is concluded that, despite the exhaustion and pedagogical obstacles posed by emergency remote teaching, the students sought strategies to reconcile the imposed demands. The study highlights the urgency of keeping alive the debate on the sex/gender system and class consciousness within the

university, recognizing women's labor as central to social critique and the transformation of reality.

Keywords: Women. Sex/gender system. Reproductive labor. Pandemic.

Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia de covid-19, doença causada por um novo coronavírus com sintomas semelhantes aos de um resfriado, mas com uma alarmante letalidade (Pereira et al., 2020; OPAS, 2020). Para conter o contágio, foi adotado o isolamento social, afetando diversos setores, inclusive o educacional (Ministério da Saúde, 2020). Diante desse cenário, instituições de ensino migraram para o ensino remoto, utilizando Tecnologias da Informação e Comunicação como Moodle, Google Meeting e Microsoft Teams (Newman; Lattouf, 2020). No Brasil, essa medida foi regulamentada pela Portaria nº 343/2020 do MEC (Brasil, 2020). No entanto, as desigualdades de acesso dificultaram a adaptação de parte dos(as) estudantes (Pereira et al., 2020).

A pandemia aprofundou desigualdades de gênero historicamente construídas. Muitas mulheres, além das exigências do trabalho remoto, acumularam de forma isolada as tarefas reprodutivas, evidenciando a persistência das funções atribuídas pelo sistema sexo/gênero (Izquierdo, 2013). Este estudo analisou os impactos dessa realidade nas rotinas de graduandas do curso de Licenciatura em Educação Física de uma universidade pública e estadual do Norte de Minas, fundamentando-se no materialismo histórico-dialético (Netto, 2011). A partir dessa perspectiva, busca-se compreender a totalidade dos fenômenos sociais, reconhecendo que o todo é mais do que a soma das partes e que as particularidades devem ser analisadas em articulação com as relações materiais e sociais mais amplas. Assim, o trabalho reprodutivo é compreendido como elemento estruturante da divisão sexual do trabalho.

O método do materialismo histórico-dialético, cuja prioridade é a apreensão da totalidade, dentre de seus limites investigativos, orientou esta pesquisa, conferindo flexibilidade à coleta de informações de modo a ampliar o objeto de estudo dentro das condições concretas. Adotou-se, predominantemente, uma abordagem qualitativa para

interpretar os dados e alcançar sua essência, sem desconsiderar a quantificação das respostas e sua comparação com estatísticas externas, a fim de sustentar a análise na realidade concreta do período investigado.

A pesquisa empírica empregou um questionário online elaborado no Google Forms, composto por 20 perguntas, aplicado a 15 alunas dos 7º e 8º períodos em agosto de 2024 – correspondendo a 65,2% da população-alvo – e divulgado via WhatsApp. A escolha dessas turmas justificou-se por terem ingressado na instituição em 2021, vivenciando o início do curso durante a pandemia e no regime excepcional de aulas remotas. A organização e categorização dos dados seguiu o procedimento proposto por Minayo (1994). A relevância do estudo fundamenta-se no impacto do acúmulo de funções sobre a vida acadêmica dessas mulheres, as quais, segundo a PNAD, dedicam em média o dobro de horas aos cuidados domésticos em comparação aos homens (Moura, 2023). O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética da instituição (Parecer nº 5.105.580), assegurando a proteção e o sigilo das participantes.

Para fundamentar a análise dos dados empíricos, este estudo organiza-se a partir de um referencial teórico crítico, estruturado nos tópicos: “Mulher e o trabalho reprodutivo”, “Período pandêmico da Covid-19” e “Educação superior e a pandemia”. Na sequência, são apresentados os resultados obtidos, categorizados em três eixos de análise: “Mulher e a naturalização do trabalho doméstico”, “Impactos do trabalho doméstico e ensino durante o isolamento social” e “Relação estratégia/tempo durante a pandemia de Covid-19 no tratamento excepcional”. A interpretação desses dados, embasada na crítica marxista e sua centralidade do trabalho, permite compreender as expressões das desigualdades de gênero no contexto investigado. Por fim, a conclusão apresenta as considerações finais e as implicações relevantes decorrentes da pesquisa.

Mulher e o trabalho reprodutivo

Para tratar da temática das mulheres, partimos da definição das categorias de sexo e gênero. Entendemos o sexo como a distinção entre macho e fêmea, ligada a características fisiológicas e anatômicas do corpo humano. Já o gênero é compreendido como uma construção cultural, formada por comportamentos socialmente atribuídos com base no sexo, variando conforme o tempo e a sociedade (Izquierdo, 2022; Lerner,

2019). A partir disso, adotamos neste trabalho o conceito de sistema sexo/gênero, entendido como uma estrutura institucionalizada na qual o sexo define a capacidade do grupo sexual das mulheres de gerar filhos(as), enquanto o gênero reforça que cabe a elas criá-los (Lerner, 2019). Assim, as opressões de gênero devem ser analisadas à luz das diferenças sexuais.

Com essa premissa, relacionamos o sistema sexo/gênero à lógica reprodutiva e produtiva exigida pelo modo de produção vigente. À mulher, é socialmente atribuída a função reprodutiva de cuidado por sua capacidade biológica de reproduzir a vida, enquanto ao homem é destinado o trabalho produtivo, ligado a funções consideradas centrais para a produção social (Izquierdo, 2013). Ainda que as mulheres tenham ingressado no mercado de trabalho formal, mantiveram as responsabilidades pelo trabalho reprodutivo. Isso porque, a elas, é atribuída a possibilidade biológica (sexo) da reprodução humana, enquanto os homens seguem orientados para funções diretamente produtivas para o capital, valorizadas pelo modo de produção capitalista (Izquierdo, 1990).

O trabalho reprodutivo tem um grande significado para o bem-estar do ser humano. Porém, como não tem caráter mercantil, é ignorado pelas ciências econômicas e desvalorizado pela sociedade, que dele depende para se reproduzir. Assim, a divisão sexual do trabalho está no cerne da argumentação do pensamento feminista sobre as diferenças entre o papel feminino e o masculino (Melo; Castilho, 2009, p. 137).

Dessa forma, a desigualdade salarial não se explica apenas por diferenças de qualificação ou tipo de emprego, mas pela função biológica atribuída às mulheres, como a gestação e a maternidade, que demandam pausas no trabalho produtivo para o capital para garantir a reprodução da vida.

Período pandêmico da COVID-19

A pandemia da covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi declarada em 2020 pela Organização Mundial da Saúde e rapidamente se espalhou pelo mundo, sendo transmitida por gotículas respiratórias em contatos próximos (OMS, [s.d.]; BVS, 2021). No Brasil, apesar da ausência de diretrizes firmes por parte do governo federal, estados

e municípios adotaram medidas de distanciamento físico, como o isolamento social (Morais, 2021; Conselho Nacional de Saúde, 2020).

Em um cenário de incertezas, o país vivenciou uma tensão entre a preservação da vida e a manutenção da economia. Como aponta Nunes (2020), a pandemia escancarou as contradições do neoliberalismo, que manteve a exigência da circulação econômica mesmo diante do avanço da doença. Algumas medidas emergenciais, como o auxílio financeiro à população, foram implementadas, mas os impactos foram profundos.

O aumento da mortalidade por Covid-19 no ano de 2020 foi constatado por Macedo et al. (2025), que também identificaram as regiões Norte e Nordeste como as mais afetadas. Já em 2021, com a aprovação das vacinas pela Anvisa, teve início a imunização dos grupos prioritários. Apesar disso, a campanha de vacinação enfrentou resistência, impulsionada por discursos antivacina – inclusive por parte do então presidente Jair Bolsonaro, que minimizou a importância da imunização e divulgou informações falsas (Castro, 2021).

O período foi marcado por debates intensos sobre as medidas de prevenção, crenças negacionistas e disputas políticas, o que gerou divisões e dificultou o enfrentamento eficaz da pandemia no país.

Educação Superior e a pandemia

Em 2020, com a pandemia da covid-19, as universidades brasileiras também precisaram adaptar-se rapidamente. O Ministério da Educação autorizou, pela Portaria nº 343, de 17 de março, a substituição das aulas presenciais por ensino remoto, com prorrogação conforme orientações do Ministério da Saúde (Brasil, 2020). Em Minas Gerais, o Decreto nº 47.886/2020 permitiu que instituições públicas decidissem suas ações frente à emergência sanitária (Minas Gerais, 2020).

A Instituição de Ensino Superior (IES) pesquisada, vinculada ao governo estadual, iniciou suas deliberações no dia 17 de março. Na Portaria nº 036, determinou a suspensão das aulas presenciais até 13 de abril. Pouco depois, prorrogou essa medida até maio (Portaria nº 049) e, em julho, decretou a suspensão por tempo indeterminado,

adotando o Tratamento Excepcional para dar continuidade às atividades acadêmicas (Unimontes, 2020).

O Tratamento Excepcional da IES é uma medida pedagógica aplicada em casos especiais, distinta do Ensino a Distância (EaD). Ele consiste na realização das atividades fora do ambiente universitário, em função de impedimentos temporários (Unimontes, 2020), enquanto o EaD possui estrutura própria, com planejamento curricular específico e encontros presenciais previamente definidos (Brasil, 2017; Giolo, 2008).

Durante a pandemia, a universidade pesquisada estendeu o Tratamento Excepcional a todo o corpo discente, viabilizando a manutenção das aulas por meio digital. Essa experiência, embora necessária, gerou atrasos no calendário acadêmico e exigiu grande esforço de adaptação por parte de estudantes e docentes. O retorno gradual das atividades presenciais começou em outubro de 2021 (Portaria nº 131), com a retomada completa em janeiro de 2022, ainda sob medidas sanitárias (Unimontes, 2021).

Resultado e discussão

Tabela 1-Anamnese das pesquisadas

Acadêmicas	Idade	Cor	Estado civil
Acadêmica 01	20-21	Preta	Solteira
Acadêmica 02	26-27	Preta	Solteira
Acadêmica 03	22-23	Parda	Solteira
Acadêmica 04	20-21	Parda	Solteira
Acadêmica 05	26-27	Parda	Solteira
Acadêmica 06	28-29	Parda	Solteira
Acadêmica 07	22-23	Parda	Solteira
Acadêmica 08	22-23	Preta	Solteira
Acadêmica 09	20-21	Parda	Solteira
Acadêmica 10	22-23	Parda	Solteira

Acadêmica 11	24-25	Preta	Solteira
Acadêmica 12	22-23	Preta	Solteira
Acadêmica 13	26-27	Preta	Solteira
Acadêmica 14	24-25	Preta	Solteira
Acadêmica 15	28-29	Parda	Casada

Fonte: Elaboração própria.

O questionário ficou disponível por 7 dias e, por questões éticas, foi respondido anonimamente. Para acompanhar os resultados, foi realizada uma anamnese inicial que registrou idade, raça/cor e estado civil das participantes, que foram nomeadas e numeradas de Acadêmica 1 a Acadêmica 15.

As pesquisadas também informaram sobre sua condição durante o período de isolamento sobre a necessidade de sair da residência, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 01 - Isolamento social mais restritivo das acadêmicas



Fonte: Elaboração própria.

As acadêmicas que informaram não sair de casa foram: Acadêmica 1, Acadêmica 2, Acadêmica 3, Acadêmica 6, Acadêmica 10, Acadêmica 11, Acadêmica 12 e Acadêmica 14. As que saíam de casa foram: Acadêmica 8, Acadêmica 13 e Acadêmica 15. Já as que

saíam ocasionalmente, apenas para atender a situações urgentes, foram: Acadêmica 4, Acadêmica 5, Acadêmica 7 e Acadêmica 9.

Após a aplicação do questionário, realizamos uma análise com a definição de categorias pós-determinadas para organizar os resultados obtidos. Dividimos as respostas em três categorias: Mulher e a naturalização do trabalho doméstico; Impactos do trabalho doméstico e ensino durante o isolamento social; e Relação estratégia/tempo durante a pandemia de covid-19 e o Tratamento Excepcional. Essas categorias foram elaboradas a partir dos conteúdos abordados nas respostas, não se restringindo ao vínculo com questões específicas do instrumento de pesquisa, o que permitiu reunir respostas relacionadas, mesmo quando provenientes de perguntas distintas. Embora as categorias tenham se fundamentado no conjunto geral de respostas, sua formulação partiu, sobretudo, das seguintes questões discursivas: “Durante este período, quem era a pessoa que tinha maior responsabilidade de realizar os deveres domésticos (arrumar casa, lavar louça, lavar, roupa, fazer comida, etc) na sua residência?”; “Durante o período pandêmico, quais eram as suas obrigações na rotina da casa?”; “Como você lidou com as obrigações de estudo com a rotina de casa? Qual foi sua maior dificuldade?”; “Quais foram as suas maiores dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem durante o tratamento excepcional?”; “Quais suas percepções sobre o impacto do trabalho doméstico na sua capacidade de participar e se engajar nas atividades de ensino remoto?”; “Quais foram as suas estratégias para conciliar a rotina de cuidados com a casa e os estudos durante o período de tratamento excepcional, ambos realizados em casa?”.

Mulher e a naturalização do trabalho doméstico

Devido às atribuições e cobranças impostas às mulheres pelo sistema sexo/gênero, recai sobre elas a obrigatoriedade e a cobrança social do trabalho de cuidado e das demandas essenciais à manutenção da vida no espaço privado do lar – como alimentação e limpeza. São atividades cíclicas e intermináveis, enquanto houver vida (Izquierdo, 2013). Para relacionar as discentes pesquisadas a essas tarefas socialmente atribuídas às mulheres, o questionário incluiu uma pergunta sobre as responsáveis pelos afazeres domésticos. As respostas apontaram que essas

responsabilidades recaíam majoritariamente sobre as próprias acadêmicas, suas mães ou irmãs: “Eu e minha mãe” (Acadêmica 01); “Eu” (Acadêmica 03); “Eu mesma” (Acadêmica 04); “Eu mesma” (Acadêmica 06); “Eu” (Acadêmica 08); “Eu, minha mãe e minha irmã” (Acadêmica 12); “Minha mãe” (Acadêmica 13). Nota-se, portanto, que os homens não foram citados como responsáveis por essas tarefas, o que reforça o lugar social destinado às mulheres no interior das famílias.

Essas declarações ilustram o sistema sexo/gênero descrito por Izquierdo (1990), segundo o qual os homens são incentivados a desempenhar atividades produtivas voltadas à sociedade, enquanto as mulheres acumulam funções produtivas e reprodutivas, assumindo múltiplas demandas simultaneamente. As acadêmicas evidenciam essa sobrecarga ao descreverem suas tarefas no ambiente doméstico: “Lavar roupa, banheiro, cozinha, arrumar quarto, varrer e limpar a sala, alimentar meu filho” (Acadêmica 02); “Limpar a casa, varrer o quintal, cuidar do galinheiro e dos cachorros, molhar a horta e as plantas, lavar as roupas de todos da casa” (Acadêmica 03); “Todas as obrigações domésticas” (Acadêmica 06); “Estudar e arrumar a casa” (Acadêmica 07).

A Acadêmica 09 relata como toda a responsabilidade recaía exclusivamente sobre ela, mesmo morando com quatro familiares, sem ser seus pais: “Foi difícil, já que eu tive que mudar de cidade e sair da casa dos meus pais.” Ou seja, além das obrigações acadêmicas, ela teve de lidar sozinha com todas as tarefas domésticas. Fica evidente que, no período pandêmico, a rotina das estudantes era marcada por acumulação das funções – o trabalho educacional e o trabalho doméstico, ambos confinados ao ambiente privado.

As respostas retratam o que se convencionou chamar de jornada dupla das mulheres, aqui evidenciada pela obrigatoriedade do trabalho de cuidado. As atividades voltadas à manutenção da vida – como alimentação, higiene e cuidados básicos – são necessárias a todas as pessoas, mas seguem sendo atribuídas majoritariamente às mulheres, com base em suas características fisiológicas. Em uma sociedade hierarquizada, as diferenças sexuais operam como justificativa para a desigualdade entre homens e mulheres (Izquierdo, 1990; Lerner, 2019).

Assim como, no modo de produção capitalista, apenas uma classe é destinada ao trabalho (a classe trabalhadora), enquanto outra se sustenta da exploração e expropriação desse trabalho (a classe capitalista) (Marx, 2017), nas funções de cuidado e reprodução da vida, apenas um grupo sexual – as mulheres – é socialmente cobrado e oprimido para exercê-las. Essas tarefas, embora essenciais para a manutenção da existência humana, são desvalorizadas e tratadas como subordinadas, tal como ocorre com o trabalho ontológico apropriado pelo capital.

Nesse cenário, patriarcado e capitalismo moldam estruturas que funcionam como grilhões sobre as mulheres, que, além dessas responsabilidades, ainda precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. O problema não é o fato de precisarem realizar tarefas para a manutenção da vida, mas o fato de apenas as mulheres serem mencionadas como responsáveis por elas, tanto nas respostas do questionário quanto nos dados da PNAD (Moura, 2023), que indicam uma expressiva participação das mulheres nesse tipo de trabalho e uma expressiva redução na participação masculina.

Essas obrigações, vistas como destino, afetam diretamente as possibilidades de escolha das mulheres, inclusive no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho. Diante de tarefas impostas previamente, todas as demais atividades – como a formação profissional acadêmica – precisam ser ajustadas a essa demanda preexistente. Foi o que ocorreu com as estudantes, que precisaram reorganizar suas rotinas para dar conta tanto dos estudos quanto das “obrigações” domésticas durante a pandemia, como aponta Pimenta (2020, p. 16): “Muitas mulheres estavam cuidando de alguém, fazendo os afazeres de casa, trabalhando remotamente e auxiliando nos afazeres do lar, cuidando dos filhos e/ou ensinando eles as tarefas escolares, elas estavam sempre à frente, carregando essa carga de ser chefe de família”.

Ao serem questionadas sobre “como lidaram com as obrigações de estudo e a rotina doméstica na pandemia e quais foram as maiores dificuldades?”, muitas estudantes demonstraram ter naturalizado essa sobrecarga. A Acadêmica 01 relata:

Além do horário das aulas, eu estudava durante 3 horas do dia, fazia os trabalhos da faculdade e o resto do dia ficava por conta das demais obrigações de casa. Minha maior dificuldade foi em certas matérias que eu tinha dificuldade, que mesmo assistindo videoaulas, não conseguia entender 100% o conteúdo.

Outras apontaram dificuldades semelhantes: “Conciliar tudo, pois aumentaram os deveres em relação à higiene” (Acadêmica 06); “Foi conciliar os deveres da casa, trabalhar como garçonete e a faculdade, que tinha horários muito variados” (Acadêmica 08); “Eu fazia quando tinha tempo, minha maior dificuldade foi o tempo para os estudos” (Acadêmica 09). Algumas, no entanto, afirmaram que conseguiram lidar bem com essa rotina: “Foi tranquilo, assim que terminava as aulas ia fazer os deveres de casa” (Acadêmica 03); “Foi realmente tranquilo, tive tempo para raciocinar e focar nos estudos” (Acadêmica 07); “Tranquilo. Maior dificuldade foi realmente assistir às aulas por videoconferência” (Acadêmica 11); “Não tive muita dificuldade para lidar com essa rotina e os estudos por conta do apoio da minha família, mas era muito cansativo acompanhar as aulas pelo computador” (Acadêmica 12).

Esses relatos indicam que a maioria das estudantes não problematizou as obrigações que lhes foram impostas, apenas narraram como lidaram com elas. Essa naturalização evidencia o funcionamento do sistema sexo/gênero em sua totalidade, operando sobre os corpos e rotinas das mulheres sem que essas obrigações sejam percebidas como opressões.

Nesse sentido, Medeiros (2023) ressalta como a desigualdade de gênero se manifestou de forma ainda mais acentuada durante a pandemia. De acordo com os padrões de uma sociedade patriarcal e sexista, a mulher é encarregada do lar, dos filhos e da educação familiar, sem espaço para lazer ou autocuidado, o que, com o tempo, leva ao adoecimento e à aceitação de normas impostas historicamente.

Impactos do trabalho doméstico e ensino durante o isolamento social

Compreendendo que sobre as mulheres recai historicamente a responsabilidade pela manutenção da vida familiar, buscamos, com base nos relatos das participantes, analisar os impactos que a conciliação entre o trabalho doméstico e o Tratamento Excepcional – realizado em casa durante o isolamento social – provocou na rotina das acadêmicas entrevistadas.

O ensino remoto [Tratamento Excepcional] se tornou algo superficial, devido a obrigações domésticas, muitas vezes eu estava cansada da rotina ou das obrigações e não conseguia prestar muita atenção nas aulas ou as vezes as pessoas de casa me chamavam no momento da aula. Sendo

assim, não dá para ter a mesma qualidade de ensino-aprendizagem (Acadêmica 02)

Outras acadêmicas também expressaram dificuldades: “Não acho que tenha causado grande impacto, pois eu já fazia antes, mesmo no período de escola” (Acadêmica 03); “É muito difícil conseguir conciliar as tarefas domésticas aos estudos” (Acadêmica 04); “O trabalho doméstico teve um impacto grande, pois consome muito tempo e energia, o que acaba resultando em menos possibilidade de se concentrar nos estudos” (Acadêmica 05); “Acho que teve um impacto razoável, já que eu tinha ajuda de familiares” (Acadêmica 11).

Para essas mulheres, o Tratamento Excepcional rompeu as fronteiras entre espaço público e privado, mesclando todas as suas atribuições em um mesmo tempo e lugar. As jornadas se sobrepuseram, tornando invisível a separação entre a estudante e a mulher responsável pela reprodução da vida. Dentro do modo de produção capitalista, essas funções são dissociadas justamente para mascarar a totalidade da opressão. Nesse contexto, a mulher trabalhadora, que já vende sua força de trabalho no mercado produtivo, passou, com o isolamento social, a vivenciar de forma intensificada as contradições impostas pela realização concomitante do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo em um mesmo espaço.

Ainda que Alves (2020) defenda que o ensino remoto poderia ser um processo mais leve e estimulante, essa não foi a realidade para a maioria das mulheres da classe trabalhadora. Entre as entrevistadas, muitas relataram dificuldades para conciliar as obrigações do lar com os estudos. A sobrecarga foi sentida fortemente pelas acadêmicas 02, 04 e 05, que mencionaram o cansaço, a falta de tempo e a ausência de um espaço de concentração como obstáculos constantes.

Apesar disso, a maior parte das estudantes não problematizou diretamente as demandas domésticas. O foco de suas críticas foi, sobretudo, a dificuldade de adaptação ao próprio formato do Tratamento Excepcional, ainda mais em um contexto pandêmico. Relataram: “Os horários eram irregulares, o que prejudicava ainda mais a atenção nas aulas; como eu trabalhava em casa, às vezes tinha que assistir aula durante o expediente” (Acadêmica 01); “Tive muita dificuldade, entrando no primeiro período da faculdade e já indo para o ensino remoto; foi difícil, principalmente com disciplinas

que eram práticas” (Acadêmica 06); “Foi difícil focar em meio a tantas distrações e lidar com o fator mental, que nesse período prejudicou a maioria, senão todos” (Acadêmica 10); “Ter que se adaptar aos métodos de ensino, como aulas online e atividades pelo Classroom, foi bem difícil, e eu sinto que não aprendi tanto como no presencial” (Acadêmica 12); “Ansiedade, estresse, dificuldade de adaptação, mas tem um ponto positivo que é a praticidade” (Acadêmica 13); “Muito ruim, não gostava. Por estar em casa dava muita preguiça de estudar! Ir para a universidade, de certa forma, me forçava a estudar” (Acadêmica 15).

Essas falas evidenciam o quanto a transição para o Tratamento Excepcional afetou de forma significativa a rotina e o desempenho das acadêmicas, tornando mais difícil tanto a adaptação ao novo formato quanto o próprio processo de aprendizagem. Algumas, como a Acadêmica 12, relataram ter aprendido menos nesse modelo; outras, como a Acadêmica 15, apontaram a desmotivação como principal obstáculo. É fundamental refletir sobre como o acesso ao conhecimento científico tem sido historicamente negado à classe trabalhadora, frequentemente tratado como algo secundário diante de uma lógica social que valoriza apenas a preparação para o mercado e a exploração da força de trabalho. Quando as instituições de ensino passam a operar como “fábricas de ensino” (Marx, 2017), o que está em jogo é uma nova forma de expropriação: o roubo do direito ao saber, mais uma vez recaindo sobre os ombros da classe proletária.

A experiência de estudar em casa, longe do convívio coletivo e com recursos limitados, escancarou a realidade material complexa, principalmente das(os) proletárias(os). Boto (2020) aponta que o ensino neste período se apoiou fortemente nas tecnologias. No entanto, nem todas(os) as(os) estudantes têm acesso adequado a elas. Muitas enfrentaram o constrangimento de não dispor de um computador ou de uma internet estável, dificultando a continuidade dos estudos e do trabalho remoto. Isso reforça o quanto, para a classe trabalhadora, as responsabilidades – que deveriam ser compreendidas como coletivas – são tratadas como questões privadas e individualizadas.

Essa lógica, característica do neoliberalismo, reforça a ideia de que cada pessoa deve dar conta, sozinha, das contradições produzidas por um sistema que a explora e

oprime. A naturalização da desigualdade de acesso, da sobrecarga e da divisão sexual do trabalho são heranças profundas de um modo de produção que se sustenta na propriedade privada (Marx, 2017) e na ideologia burguesa, que transforma problemas para a continuidade da vida humana em questões e empecilhos pessoais.

Relação estratégia/tempo durante a pandemia Covid19 no tratamento excepcional

Para os(as) acadêmicos(as) que ingressaram no ensino superior durante a pandemia da covid-19, a experiência foi profundamente distinta. Em meio ao isolamento social, iniciaram seus cursos em formato remoto, por meio do Tratamento Excepcional. Diante disso, buscamos compreender como essas acadêmicas organizaram seu tempo e traçaram estratégias para equilibrar o cuidado com o lar e as exigências dos estudos.

A Acadêmica 01 compartilhou: “Minha prioridade eram os estudos; quando terminava tudo, eu fazia as obrigações de casa”. Já a Acadêmica 02 relatou:

Eu normalmente buscava arrumar a casa durante o dia, assim que acabava de trabalhar. Dividia em quais dias iria executar tal tarefa, por exemplo: lavar banheiro nas segundas, lavar roupas nas terças, cozinhar todos os dias. E à noite, reservava apenas para fazer a janta do meu filho e assistir à aula.

Outras acadêmicas relataram rotinas semelhantes: “Para não chocar com nenhum horário, eu sempre fazia algumas tarefas depois que acabava a aula, ou até mesmo deixava algumas coisas para o final de semana” (Acadêmica 03); “Fazer as atividades da faculdade no horário de aula” (Acadêmica 04); “Dividir o tempo entre os afazeres domésticos e os estudos foi desafiador” (Acadêmica 06); “Na pandemia, o curso era diurno, então eu assistia às aulas e, nos intervalos, ajudava nos afazeres” (Acadêmica 11); “Fazia as aulas na parte da manhã e depois mexia na casa! Ou vice-versa, dependia dos horários” (Acadêmica 15).

Essas falas revelam como as acadêmicas precisaram reorganizar suas rotinas dentro de um mesmo espaço – o lar – para dar conta de múltiplas tarefas: cuidar da casa, estudar, trabalhar, maternar. Suas estratégias mostram tentativas constantes de atender às cobranças que recaem socialmente sobre elas, especialmente diante da sobreposição de funções que se intensificou com o ensino remoto. A fala da Acadêmica

02 evidencia uma postura comum entre mulheres responsabilizadas pelo trabalho de reprodução da vida. Ao dizer: “Eu normalmente buscava arrumar a casa durante o dia, assim que acabava de trabalhar”, ela demonstra que não reconhece as atividades domésticas como trabalho – apenas aquilo que é diretamente vendido como força de trabalho. Essa naturalização das tarefas do cuidado, sem questionamentos ou problematizações, revela o quanto essas responsabilidades estão profundamente enraizadas em seu cotidiano.

Bandeira, Mourão e Ferreira (2024) observam que, sem um planejamento adequado, muitas IES recorreram a estratégias emergenciais para implementar o ensino remoto, como o uso de ambientes virtuais de aprendizagem. Porém, essa transição impôs desafios imensos para o processo de ensino e para os(as) estudantes. Como mostram as falas das acadêmicas, o cuidado e os estudos precisaram ser separados apenas por horários, já que o espaço físico era o mesmo. Algumas não conseguiam delimitar horários fixos e acabavam deixando tarefas para o último momento. A Acadêmica 04, por exemplo, só conseguia fazer suas atividades no horário de outras aulas – o que comprometia seu aprendizado.

O caso da Acadêmica 02 evidencia uma realidade comum às mulheres trabalhadoras: além de estudante, ela é mãe e precisou dividir seu tempo entre os estudos, o trabalho, o cuidado com a casa e com o filho, buscando manter o equilíbrio de uma rotina extenuante. Como destacam Lopes e Ramalho (2023):

[...] é de fundamental importância ressaltar o quanto é sobrecarregada a rotina da mulher e, por esse motivo, ela tem que se ajustar às diversas situações existentes no seu dia a dia, e dar conta de todas, já que o senso comum determina, erroneamente, o que é ou não apropriado em suas funções (Lopes; Ramalho, 2023, p. 116).

Percebe-se que essas acadêmicas, ao longo do período de Tratamento Excepcional, construíram suas rotinas distribuindo tarefas entre manhã, tarde, noite e dias da semana. Essa organização revela, além do esforço pessoal, a naturalização das obrigações impostas às mulheres pelo sistema sexo/gênero. Enquanto para uma parcela das mulheres – especialmente aquelas com empregos estáveis e acesso ao home office – o isolamento social pode ter representado um tempo maior com os(as) filhos(as), companheiros(as) e para o autocuidado (Lemos; Barbosa; Monzato, 2021), a realidade

concreta para a maioria da população foi marcada pelo aumento da pobreza e da insegurança alimentar (Neves et al., 2021).

Esse cenário evidencia a lógica perversa do modo de produção capitalista: quem não vende sua força de trabalho não tem acesso ao seu equivalente universal – o dinheiro. Já para a classe capitalista, a propriedade privada – acumulada historicamente com sangue e lama – transforma a ausência de trabalho em privilégio, enquanto impõe àqueles que produzem a obrigação de sobreviver a partir da expropriação contínua (Marx, 2017).

A naturalização dessas condições reforça o campo ideológico que sustenta a engrenagem do capitalismo: transforma construções históricas em verdades inquestionáveis e desloca a desigualdade do plano estrutural para o campo das responsabilidades individuais. Com isso, impõe à mulher trabalhadora não apenas a sobrecarga cotidiana, mas também a necessidade de constante adaptação – dificultando que ela possa sequer estranhar, questionar ou problematizar as subordinações impostas pelo sistema sexo/gênero em sua vida cotidiana.

Nesse contexto, observamos que todas as acadêmicas pesquisadas buscaram, dentro de suas possibilidades, construir formas de conciliar os estudos com as tarefas domésticas e com as exigências do Tratamento Excepcional. Esforçaram-se para atender às demandas acadêmicas sem negligenciar as obrigações do lar. Essa organização diária, marcada por esforço, renúncia e persistência, evidencia o quanto as engrenagens do sistema sexo/gênero seguem operando com força – garantindo que as mulheres trabalhadoras continuem sustentando a ordem social vigente, mesmo quando o mundo ao redor está em colapso.

Considerações e recomendações

Ao concluir esta pesquisa, compreendemos que alcançamos o objetivo proposto: analisar os impactos do Tratamento Excepcional, adotado durante a pandemia de covid-19, na rotina de graduandas do curso de Licenciatura em Educação Física de uma universidade pública estadual no Norte de Minas Gerais. O estudo evidenciou como as acadêmicas vivenciaram as exigências e subordinações impostas pelo sistema sexo/gênero ao longo do período pandêmico, revelando seus entendimentos sobre as

obrigações relacionadas ao trabalho de cuidado e à reprodução da vida, bem como os ajustes realizados em suas rotinas para dar conta de todas essas demandas impostas.

Os resultados do questionário indicam que a maioria das participantes naturaliza o cuidado doméstico como responsabilidade exclusivamente das mulheres, evidenciando a persistência da desigualdade entre os sexos. Foi recorrente o relato de que tais tarefas eram realizadas sozinhas ou com o auxílio de mães e irmãs, sem qualquer menção à colaboração masculina. Essa ausência reforça os pilares do sistema sexo/gênero, e muitas relataram dificuldade para conciliar trabalho doméstico e estudo, com repercussões emocionais como cansaço, frustração (Acadêmicas 02, 04, 05 e 15) e, em alguns casos, sofrimento psíquico (Acadêmicas 10 e 13). Diante desse cenário, as acadêmicas desenvolveram estratégias de organização para tentar administrar, ao mesmo tempo, demandas acadêmicas, domésticas e profissionais.

Foi possível observar que, para as participantes, a sobreposição de funções no mesmo espaço - o ambiente doméstico - gerou desgaste, frustração e desânimo com a continuidade dos estudos. A partir da análise orientada pelo método adotado, levantamos a hipótese de que muitas dessas estudantes passaram a compreender que, mesmo com um diploma acadêmico, não estariam livres das cobranças voltadas à manutenção da vida, o que pode ter intensificado os sentimentos relatados. Ainda que essa seja uma hipótese, indicamos que pesquisas futuras aprofundem essa questão, especialmente com foco em estudantes que abandonaram seus cursos durante o período em análise.

Mesmo sem dados objetivos que comprovem tal conjectura, é notório que as respostas revelam rotinas marcadas por trabalho constante. A isso se somam a instabilidade social causada pela pandemia e a ausência de uma perspectiva crítica que permita identificar essas tarefas como parte de uma estrutura social que organiza a exploração das mulheres trabalhadoras de forma funcional ao modo de produção capitalista.

Esta pesquisa também se propõe a evidenciar que as construções sociais que subordinam o trabalho das mulheres não devem jamais servir como critério para defini-las como mais ou menos mulheres em função de suas ações. Tal lógica apenas reforça estereótipos que beneficiam um grupo sexual em detrimento de outro, assim como

enaltecer apenas o equivalente universal – o dinheiro – é colaborar com a alienação e com a perpetuação do modo de produção capitalista.

Ao desenvolver este estudo, revisitamos o cenário pandêmico e, ao ouvir e refletir sobre os relatos das acadêmicas, buscamos compreender as experiências vividas por tantas mulheres. Sem receio de tocar em feridas que ainda sangram, reconhecemos a necessidade de relembrar e analisar, pois o silenciamento sempre favorece o medo e a opressão. Relembrar, aqui, é uma estratégia para transformar – e não naturalizar.

Esperamos que este estudo contribua com as reflexões de quem o lê. Mais do que um registro acadêmico, trata-se de um convite à crítica e à ação. É fundamental manter vivo o debate sobre o sistema sexo/gênero no espaço universitário, especialmente quando articulado à consciência de classe – condição necessária para transformar a realidade e fazer da vida algo que valha ser vivido por todas e todos.

Referências

- ALVES, Lynn. Educação Remota: Entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v.8, n.3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251>. Acesso em: 2 out. 2024.
- BANDEIRA, Victoria; MOURÃO, Luciana; FERREIRA, Danielle. *Adaptation to Remote Learning and Professional Development of University Students During the Pandemic*. SciELO Preprints, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8848>. Acesso em: 2 oct. 2024.
- BOTO, Carlota. A Educação e a escola em tempos de coronavírus. *Jornal da USP*, São Paulo, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-educacao-e-a-escola-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 02 de out. de 2024.
- BRASIL. Decreto nº 9.507, de 25 de maio de 2017. Dispõe sobre a oferta de cursos na modalidade a distância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 24 maio. 2024.
- BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20mec.htm#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%20343%2C%20DE%2017,Novo%20Coronav%C3%ADrus%20%2D%20COVID%2D19. Acesso em 12 abr. 2024.

- BVS. Biblioteca Virtual em Saúde MS. Covid 19. Disponível em: <https://bvsm.sau.de.gov.br/covid-19-2/>. Acesso em 20 mar. 2024.
- CASTRO, Rosana. Vacinas contra a Covid-19: o fim da pandemia? *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31(1), e310100, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/m4PGYb7TPWgCS3X8wMSXHtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Recomendação número 36**, de 11 de maio de 2020. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown) nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingindo níveis críticos. Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/images/Recomendacoes/2020/Reco036.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.
- GILOLO, Jaime. A educação a distância e a formação de professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yQbgDvpr5BmJPwJRqfdvDQb/?lang=pt>. Acesso em: 6 maio. 2024.
- IZQUIERDO, María Jesús. Bases materiales del sistema sexo/gênero. São Paulo: SOF, 1990. Disponível em: <https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- IZQUIERDO, María Jesús. La Constucción social del género. In MARTINEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Dema Sandra (Orgs.) *Sociologia y género*. Madri: Tecnos, 2013. p. 81 - 101
- IZQUIERDO, María Jesús. A construção social do gênero. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 245-274, 2022. DOI: 10.36704/sdhe.v5i1.6221. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/6221>. Acesso em: 09 mar. 2026.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- LEMO, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, v. 60, p. 388-399, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/9WS6pYzLdhWY6qWwDXTKTsN/> Acesso em 04 jun. 2025.
- LOPES, Lorrane Martins; RAMALHO, Carla Chagas. Mães-universitárias: as dificuldades durante a graduação em Educação Física. *Mosaico*. v. 16, p. 104 - 118, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12605> Acesso em: 13 ago. 2025.
- MACEDO, Laylla Ribeiro; ARAÚJO, Carolina Borges de; CARVALHO, Luciana Freire de; LOBATO, Jackeline Christiane Pinto; PAIVA, Natália Santana; COSTA, Antonio José Leal. Excesso de mortalidade geral e mortalidade por COVID-19 no Brasil e regiões no ano de 2020. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, p. e00217323, 2025. Disponível em <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2024.v40n11/e00217323/pt> Acesso em: 05 jun. 2025.

- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MEDEIROS, Cinthia Quaresma. **Os impactos que o ensino remoto trouxe para alunas do curso de Pedagogia da UFPE que precisaram conciliar o curso com a maternidade**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50118>. Acesso em: 02 out. 2024.
- MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/#>. Acesso em: 18 abr. 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.886**, de 15 de março de 2020. Dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 - Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências. **Diário do Executivo - Minas Gerais**, Belo Horizonte, Edição Extra, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47886/2020/>. Acesso em 06 maio. 2024.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Covid 19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- MORAIS, Rodrigo Fracalossi. A Segunda Onda da Pandemia (mas não distanciamento físico): Covid-19 e Políticas de distanciamento social dos governos estaduais no Brasil, DF: **Ipea**; 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/210122_nt_dinte_n_31.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.
- MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. **Agência Brasil**, Brasília, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- NEVES, José Anael; MACHADO, Mick Lennon; OLIVEIRA, Luna Dias de Almeida; MORENO, Yara Maria Franco; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. **Rev Nutr**, v. 34, p. e200170, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/RGq98CHLDx3mKPntwDXVQGv/?format=pdf> Acesso em 04 jun. 2025.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NEWMAN, Noah; LATTOUF, Omar. Coalition for medical education – A call to action: a proposition to adapt clinical medical education to meet the needs of students and other healthcare learners during Covid-19. **Journal Of Cardiac Surgery**, [S.L.], v. 35, n. 6, p.1174-1175, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32353907/>. Acesso em: 29 maio. 2024.
- NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36 n.5, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/sng9pd8tLNdY3cQrDChhqPr/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 5 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, [s.d.]. Disponível em: <https://www.who.int/europe/emergencies/situations/covid-19>. Acesso em: 9 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 28 maio. 2024.

PEREIRA, Renata Martins da Silva; SELVATI, Flávia de Souza; RAMOS, Karina de Souza; TEIXEIRA, Lohany Gomes Ferreira; CONCEIÇÃO, Mariana Vieira da. Vivência de estudantes universitários em tempos de pandemia do Covid-19. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1sup, 2020. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3458>. Acesso em: 28 maio. 2024.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras**, Pelotas, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/18900>. Acesso em: 07 set. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (Uniomntes). **Portaria nº 078 - REITOR/2020**, de 10 de julho de 2020. Regulamenta o Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Unimontes, e dá outras providências. Montes Claros, MG: Unimontes, 2020. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2020/07/Portaria-n%C2%BA-078-Reitor.pdf>. Acesso em: 6 maio. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (Unimontes). **Portaria nº 131 - REITOR/2021**, de 22 de setembro de 2021. Autoriza o retorno das atividades acadêmicas e administrativas presenciais no âmbito de todas as Unidades da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, em Montes Claros. Montes Claros, MG: Unimontes, 2021. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2021/09/Portaria-No-131-REITOR-2021.pd>. Acesso em: 21 maio. 2024.

Recebido: 05 jun. 2025

Aceito: 22 out. 2025